SECTEC
Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - Goiás

SSP
Secretaria de Estado da Segurança Pública - Goiás

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Desenvolvimento com Responsabilidade

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 16 de novembro de 2008

1ª Etapa

CADERNO DE PROVA

Instruções

1 . Este caderno de prova é composto de **100 (cem) questões objetivas**, conforme itens 90 e 91 e anexo 1 do Edital. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.

2 . Leia cuidadosamente o que está proposto na prova.

3 . As respostas deverão ser transcritas com caneta esferográfica de corpo transparente e tinta **preta** no cartão-resposta, de acordo com as instruções previstas nos itens 93 e 94 do Edital.

4 . Se desejar, utilize a folha intermediária de respostas, no final deste caderno, para registrar as alternativas escolhidas.

5 . Durante a prova, o candidato não poderá levantar-se sem autorização prévia ou comunicar-se com outros candidatos.

6 . Os fiscais **NÃO** estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

A

Identificação do candidato

Leia o texto a seguir para responder às questões de **1** a **10**.

O QUANTO INFLUI A FORTUNA NAS COISAS HUMANAS E COMO REAGIR A ELAS

Não ignoro que muitos foram e que tantos ainda são da opinião de que as coisas que sucedem no mundo vêem-se de tal forma governadas pela fortuna e por Deus que os homens, com a sua sabedoria, não poderiam retificá-las e que nem sequer haveria meio de remediá-las. Baseados nisso, eles depreendem que, para defini-las, menos valeria esforçar-se em demasia que se entregar ao regimento da sorte. Tal opinião recebeu um grande crédito nestes nossos tempos em razão das grandes transformações que vimos e que ainda vemos, a a cada dia, superar todas as humanas conjeturas. Meditando-o, eu mesmo, algumas vezes, senti-me parcialmente inclinado a aceitar esse juízo.

No entanto, visto que não é nulo nosso livre arbítrio, creio poder ser verdadeira a arbitragem da fortuna sobre a metade das nossas ações, mas que ela tenha-nos deixado o governo da outra metade, ou cerca disso. E eu a comparo a um destes rios torrentosos que, em sua fúria, inundam os plainos, assolam as árvores e as construções, arrastam porções do terreno de uma ribeira à outra: todos, então, fogem ao seu irromper, nenhum homem resiste ao seu ímpeto, cada qual incapaz de opor-lhe um único obstáculo. E, em que pese a assim serem [esses rios], aos homens não é vedada, em tempos de calmaria, a possibilidade de obrar preventivamente diques e barragens, de sorte que, em advindo uma nova cheia, as suas águas escoem por um canal ou que o seu ímpeto não seja nem tão incontrolável, nem tão avassalador.

De um modo análogo intervém a fortuna, a qual manifesta seu poder onde não há forças organizadas que lhe resistam; ela, que volve o seu furor aos locais onde sabe que não foram construídos nem diques nem barragens para refreá-la. [...] Espero ter dito o bastante sobre a oposição que se pode fazer à fortuna de um modo geral.

Adstringindo-me ao que há de particular em um príncipe, digo que hoje vemo-lo prosperar e amanhã cair em desgraça sem que demos tento de uma só mudança em sua natural forma de ser e de proceder, o que, creio eu, decorre principalmente da idéia de que um príncipe que se arrima tão-somente na fortuna sucumbe ao variar desta. Creio igualmente que é feliz aquele que coaduna o seu modo de operar com as condições da sua época, e que, de um modo símile, é desditoso aquele cujo procedimento com estas conflita.

Reparamos que os homens, em relação àquelas coisas que os conduzem aos fins que cada um persegue – isto é, às glórias e às riquezas – procedem diversamente: um, com circunspecção; o outro, com impetuosidade; um, valendo-se da violência; o outro, da habilidade; um, com paciência; o outro, com o seu contrário; e cada qual, com esses vários modos de portar-se, podendo atingir o seu intento. Notamos também, de dois homens cautos, que um realiza o seu propósito e o outro não, e, paralelamente, que dois homens alcançam o mesmo êxito atuando de maneiras diferentes; um, sendo ponderado; o outro sendo veemente – o que não é conseqüência senão das condições das diferentes épocas, que se conformam ou não às suas formas de agir. O resultado disso, já o referi: dois que se conduzem diversamente logram o mesmo resultado e dois outros, agindo de forma idêntica, um atingirá o seu objetivo e o outro não.

A isso subordina-se igualmente o caráter cambiante do sucesso: se um [homem, príncipe...] pautar as suas ações pela prudência e pela paciência, e se os tempos e as circunstâncias correrem de um modo compatível com a sua conduta, ele será venturoso. Se os tempos e as circunstâncias, porém, mudarem, ele cairá em ruína não alterando o seu comportamento. É raro encontrarmos um homem tão sensato que saiba acomodar-se a essa realidade, seja por incapacidade de apartar-se daquilo a que a sua natureza o inclina, seja porque, havendo sempre prosperado ao seguir por uma determinada trilha, não pode persuadir-se a desviar-se dela. O homem circunspecto, ao chegar a hora de fazer-se impetuoso, retrai-se, inepto; donde a sua completa decadência. Afizesse-se ele ao seu tempo e à sua realidade e permaneceria inalterada a sua sorte (*fortuna*).

Concluo que, sendo a sorte (*fortuna*) inconstante e os homens obstinados em suas formas de agir, estes serão felizes pelo tempo em que com ela convergirem e desditosos quando dela divergirem. E considero o seguinte: que mais vale ser impetuoso que circunspecto, pois que a fortuna [...] deixa-se melhor dominar por quem assim procede do que pelos que se portam com frialdade. Por esse motivo, ela é sempre amiga dos jovens: estes são menos judiciosos, mais aguerridos e mais audazes ao comandá-la.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe.* Trad. Antônio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 120-4. (Adaptado).

QUESTÃO 1

A alternativa que melhor resume o texto é:

a) para obter o sucesso, o homem deve ser impetuoso e pautar sua vida pela prudência e pela paciência. Mesmo possuindo o livre-arbítrio, jamais deve desviar-se do caminho no qual tem prosperado.
b) agindo impetuosamente e de maneira obstinada, o homem sempre obterá sucesso, independentemente de seu livre-arbítrio e da época em que vive, pois a impetuosidade vale mais que a circunspecção.
c) a vida humana é de tal modo governada pela sorte e por Deus que não há como o homem, mesmo possuidor do livre-arbítrio, alterar seu destino. Deve apenas conformar-se a ele pelo exercício da prudência e da paciência.
d) a fortuna e Deus regem grande parte da vida humana. Há, contudo, a possibilidade de o homem, por meio de seu livre-arbítrio, interferir em sua sorte ou mesmo mudá-la, agindo de acordo com as necessidades da época.

QUESTÃO 2

Considerando os parágrafos 5 e 6, é CORRETO afirmar que o homem (o príncipe), para obter sucesso, deve agir com

a) circunspecção ou com impetuosidade, de acordo com seu caráter ou sua personalidade.
b) circunspecção ou com impetuosidade, adaptando sua conduta às diferentes situações.
c) impetuosidade, nas diversas situações, em detrimento da circunspecção.
d) circunspecção em detrimento da impetuosidade, em qualquer situação.

QUESTÃO 3

Leia os trechos retirados do texto.

I. "[...] as coisas que sucedem no mundo vêem-se de tal forma governadas pela fortuna e por Deus que os homens, com a sua sabedoria, não poderiam retificá-las e que nem sequer haveria meio de remediá-las." (linhas 1-3)
II. "[...] dois homens alcançam o mesmo êxito atuando de maneiras diferentes; um, sendo ponderado; o outro sendo veemente – o que não é conseqüência senão das condições das diferentes épocas, que se conformam ou não às suas formas de agir." (linhas 29-32)
III. "[...] mais vale ser impetuoso que circunspecto, pois que a fortuna [...] deixa-se melhor dominar por quem assim procede do que pelos que se portam com frialdade." (linhas 44-45)

Revela opiniões defendidas pelo autor o que se afirma

a) apenas em I.
b) apenas em I e II.
c) apenas em II e III.
d) em I, II e III.

QUESTÃO 4

A conclusão a que chega o autor, no 7º parágrafo, decorre da

a) consideração parcial das idéias apresentadas no 5º parágrafo do texto.
b) consideração total das idéias apresentadas no restante do texto.
c) negação total das idéias apresentadas no restante do texto.
d) negação apenas das idéias apresentadas no 1º parágrafo.

QUESTÃO 5

No texto, as palavras "diques" e "barragens" são usadas em sentido

a) metafórico no 2º parágrafo e literal no 3º.
b) metafórico no 2º e 3º parágrafos.
c) literal no 2º parágrafo e metafórico no 3º.
d) literal no 2º e 3º parágrafos.

QUESTÃO 6

Leia os períodos abaixo:

(1) "Se os tempos e as circunstâncias, porém, mudarem, ele cairá em ruína não alterando o seu comportamento." (linhas 36-37)

(2) "Sendo a sorte (*fortuna*) inconstante e os homens obstinados em suas formas de agir, estes serão felizes pelo tempo em que com ela convergirem e desditosos quando dela divergirem." (linhas 42-43)

As formas verbais de gerúndio em (1) e (2) estabelecem, respectivamente, relações de

a) causa e condição.
b) condição e causa.
c) concomitância e concessão.
d) concessão e concomitância.

QUESTÃO 7

No trecho, "ela [a fortuna] é sempre amiga dos jovens: estes são menos judiciosos, mais aguerridos e mais audazes ao comandá-la" (linhas 45-46), os dois pontos podem ser substituídos sem prejuízo de sentido por

a) 'já que'.
b) 'portanto'.
c) 'contudo'.
d) 'ainda que'.

QUESTÃO 8

No trecho "é raro encontrarmos um homem tão sensato que saiba acomodar-se a essa realidade", as palavras em destaque indicam, respectivamente,

a) intensificação e causa.
b) intensificação e conseqüência.
c) comparação e conseqüência.
d) comparação e causa.

QUESTÃO 9

No trecho "de modo análogo intervém a fortuna, a qual manifesta seu poder onde não há forças organizadas que lhe resistam" (linhas 16-17), as palavras em destaque apresentam, respectivamente, referentes

a) anafórico e anafórico.
b) anafórico e catafórico.
c) catafórico e anafórico.
d) catafórico e catafórico.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que os termos destacados exercem a mesma função sintática:

a) "Creio igualmente que é feliz aquele que coaduna o seu modo de operar com as condições da sua época" (linhas 23-24); "Notamos também, de dois homens cautos, que um realiza o seu propósito e o outro não" (linhas 28-29).
b) "os homens, com a sua sabedoria, não poderiam retificá-las" (linhas 2-3); "a qual manifesta seu poder onde não há forças organizadas que lhe resistam" (linhas 16-17).
c) "dois que se conduzem diversamente logram o mesmo resultado" (linha 32); "A isso subordina-se igualmente o caráter cambiante do sucesso" (linha 34).
d) "não é nulo nosso livre arbítrio" (linha 8); "E eu a comparo a um destes rios torrentosos" (linha 10).

QUESTÃO 11

Sobre a atual regionalização estabelecida pelo IBGE, para o estado de Goiás, é CORRETO afirmar:

a) baseia-se na área de abrangência dos elementos (naturais, econômicos, demográficos) utilizados como referência para seu estabelecimento, desconsiderando, portanto, os limites das unidades administrativas.
b) corresponde a recortes espaciais definidos a partir de critérios (naturais, econômicos, sociais, entre outros) que permitem agrupar, numa região, locais com características semelhantes, separando-os dos demais.
c) representa as particularidades do estado de Goiás em relação ao contexto nacional, uma vez que utiliza critérios diferentes daqueles utilizados em outras regiões brasileiras.
d) apresenta especificidade quanto à organização do espaço, uniformidade de atributos, auto-suficiência e unicidade em relação umas às outras.

QUESTÃO 12

O povoamento branco de Goiás, no século XVIII, foi caracterizado pela prodigalidade na construção de igrejas. Só em Vila Boa, capital da capitania, foram construídas, no espaço de 50 anos, oito igrejas. Esse grande número de igrejas, no início do povoamento branco de Goiás, explica-se pelo fato de os templos servirem

a) aos propósitos fiscais do Estado português, sendo que os clérigos, encarregados de recolher os dízimos e o quinto real, reservavam partes substanciais desses rendimentos para a construção e o embelezamento das igrejas.
b) de principal instrumento da política indigenista pombalina, sendo que elas visavam impressionar os silvícolas, estimulando-os a abandonarem suas práticas religiosas e suas aldeias e virem trabalhar e congregar em Vila Boa.
c) de locais de culto e de sepultamento de membros da população que estivessem integrados nas inúmeras irmandades existentes na época, sendo que os escravos não-cristianizados eram sepultados num cemitério rudimentar.
d) no contexto histórico da Contra-Reforma, de símbolos da supremacia da fé católica sobre a fé dos protestantes, sobretudo dos ingleses anglicanos, que trabalhavam na exploração das minas de ouro em Goiás.

QUESTÃO 13

A característica fundamental do Estado para o sociólogo alemão Max Weber é a monopolização da violência, implicando que apenas o aparelho estatal tem legitimidade na utilização dos meios de violência e coerção. Na história de Goiás, um acontecimento coerente com essa tese weberiana foi:

a) a repressão da polícia goiana aos seguidores de Santa Dica, culminando, em 1925, no chamado “Dia do Fogo”, quando o grupo foi dispersado e alguns religiosos morreram na ação policial.
b) a Revolução de 1909, quando um exército de mais de mil homens, organizado por fazendeiros, depôs o presidente do Estado, demonstrando a força e o prestígio da aristocracia agrária goiana.
c) as sucessivas entradas da Coluna Prestes em Goiás, na década de 1920, e a conseqüente organização da Coluna Caiado, uma milícia destinada a proteger a capital do estado da invasão dos revolucionários.
d) a criação, no período regencial, da Guarda Nacional, um instrumento fundamental para o fortalecimento dos meios coercitivos do Estado goiano, já que ampliou o número de homens armados à disposição do presidente da Província.

QUESTÃO 14

A implementação do regime militar em 1964 trouxe substanciais mudanças na política goiana. A elite econômica e política local que, desde o fim do Império controlava o poder político do estado, teve que submeter as diretrizes centralizadoras do governo federal. Um acontecimento da política goiana durante o regime militar foi

a) a nomeação, por meio de decreto presidencial, do engenheiro Otávio Lage de Siqueira como governador de Goiás.
b) a nomeação de governadores desvinculados das famílias tradicionais que controlaram o poder político em Goiás, tais como os Caiado e os Bulhões.
c) a cassação do governador Mauro Borges Teixeira, em represália a sua atitude firme, em março de 1964, na defesa da permanência de João Goulart no poder.
d) a eleição indireta de Ary Valadão para governador de Goiás em 1978, o último governador do período da Ditadura militar.

QUESTÃO 15

O relevo goiano é caracterizado por:

a) planícies aluviais localizadas nas regiões leste e nordeste do estado em áreas próximas aos cursos d´água mais importantes, como o Tocantins e o Araguaia.
b) chapadas formadas em períodos geológicos recentes (pré-cambriano) e sob condições climáticas similares às atuais.
c) planaltos antigos intensamente erodidos em decorrência do processo de intemperismo físico-químico.
d) bacias sedimentares localizadas especialmente nas regiões central e norte do estado.

QUESTÃO 16

Um recurso importante de alguns editores de textos atuais é a possibilidade da construção automática de índice. Com um índice é possível obter uma noção clara de como um documento está organizado. Para a construção de índices no Microsoft Word 2003, em sua configuração padrão, uma das formas é a seguinte:

a) através do menu *Inserir*, escolher a opção *Referência* e finalmente optar por índice analítico.
b) estruturar o documento adequadamente e, quando salvar, escolher a opção *Salvar com Índice.*
c) preparar o documento para a inserção de índice, isto é, toda linha do texto que for compor o índice deverá ter o marcador *Índice*.
d) através do menu *Ferramentas,* escolher a opção *Índice*; o editor analisará o documento e produzirá a melhor estrutura de índice para o documento.

QUESTÃO 17

Sobre fundamentos de segurança da informação e programas maliciosos, é CORRETO afirmar:

a) deve-se dar preferência ao uso de programas de troca de mensagens como o MSN para substituir o e-mail, dado que o risco de contaminação nesses programas é praticamente nulo.
b) mesmo um inocente e-mail de uma fonte conhecida e contendo apenas uma imagem ou uma proteção de tela pode se tornar fonte de contaminação.
c) programas maliciosos denominados trojans não podem ser detectados por antivírus, necessitando, portanto, de programas específicos.
d) spywares são programas que têm como finalidade vigiar o computador para evitar contaminação por adwares.

QUESTÃO 18

Sistemas informatizados de qualquer natureza têm um papel decisivo na qualidade do serviço ofertado pelos seus usuários. Entretanto, com relação ao CORRETO uso desses sistemas de informação deve-se:

a) exigir, com responsabilidade, que os profissionais de informática mantenham os dados do sistema sempre corretos e confiáveis.
b) manter sempre um controle paralelo ao sistema a fim de assegurar a confiabilidade do mesmo.
c) manter os hardwares sempre atualizados para que novas funcionalidades do seu sistema estejam sempre disponíveis.
d) utilizar corretamente o sistema, pois dessa forma os dados constantes neste serão mais corretos e confiáveis.

QUESTÃO 19

A difusão do uso de e-mail facilitou os processos de investigação. A atividade de busca de informações passou a ter como oportunidade o acesso a um grande reduto de dados: o histórico constante nas caixas de e-mail. Entretanto, existem ainda restrições como a seguinte:

a) a ausência de e-mails com data superior a seis meses, que são automaticamente apagados pelo sistema no intuito de não sobrecarregar os bancos de dados.
b) a dificuldade de acesso a caixas de e-mails públicos denominados webmails, principalmente quando estes estão hospedados em países com legislação diferente.
c) a exclusão automática de anexos após a leitura e confirmação do recebimento da mensagem.
d) o acesso às mensagens e anexos, visto que as ferramentas Clientes implementam, automaticamente, criptografia, impossibilitando a leitura.

QUESTÃO 20

A automação via sistemas informatizados tende a causar profundas mudanças nos ambientes em que ela chega. Entretanto, é comum que nos primeiros momentos as informações sejam armazenadas no formato de documentos de texto e planilhas. Supondo que todas as informações de um órgão estejam armazenadas dessa forma e que se deseja obter informações consolidadas, é necessária:

a) a utilização de bancos de dados que permitam o armazenamento de grande quantidade de informações.
b) a reentrada das informações existentes em um software específico para avaliação e conversão dos conteúdos.
c) a junção, por vezes, dos dados constantes nos documentos e planilhas. Ainda que não trivial é possível de ser implementada.
d) a implantação de novos sistemas automatizados, pois uma base de dados no Word e outra no Excel, por exemplo, não podem ser integradas.

QUESTÃO 21

Sobre o dolo, é CORRETO afirmar:

a) o dolo direto de segundo grau compreende os meios de ação escolhidos para realizar o fim, incluindo os efeitos secundários representados como certos ou necessários, independentemente de serem esses efeitos ou resultados desejados ou indesejados pelo autor.
b) age com culpa consciente aquele químico que manipula fórmulas para produção de alimentos sem as devidas cautelas relativas à contaminação; no entanto, sabedor do perigo, continua a atuar e acaba, desse modo, causando lesão à saúde dos consumidores.
c) no dolo de primeiro grau, o agente busca indiretamente a realização do tipo legal.
d) o Código Penal pátrio, no artigo 18, inciso I, adotou somente a teoria da vontade.

QUESTÃO 22

Sobre a teoria, interpretação e aplicação da norma penal, é CORRETO afirmar:

a) a interpretação analógica é aquela que abarca os casos análogos, conforme uma fórmula casuística gravada no dispositivo legal, não sendo admitida em direito penal.
b) as normas penais que definem o injusto culpável e estabelecem as suas conseqüências jurídicas são passíveis de aplicação analógica.
c) normas penais em branco impróprias são aquelas em que o complemento se encontra contido em outra lei emanada de outra instância legislativa.
d) o criminoso na realidade não viola a lei penal, e sim a proposição que lhe prescreve o modelo de sua conduta, que é um preceito não escrito.

QUESTÃO 23

A Lei n. 11.343/2006, nova Lei de Drogas, inovou, em alguns aspectos, no tratamento penal do traficante e no do usuário, sendo CORRETO afirmar:

a) é vedada expressamente a todos os delitos tipificados na Lei n. 11.343 a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
b) a recusa injustificada do agente em submeter-se ao cumprimento das medidas educativas previstas no art. 28 da Lei n. 11.343, ensejará, de pronto, a aplicação da pena de multa.
c) a previsão na Lei n. 11.343 da causa de diminuição da pena para o traficante primário, de bons antecedentes e sem ligações criminosas, não exclui a aplicação das restrições contidas na Lei de Crimes Hediondos.
d) segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, as sanções do art. 28 da Lei n. 11.343 (posse para consumo pessoal) não são consideradas de natureza penal propriamente dita, inserindo-se no chamado direito penal sancionador.

QUESTÃO 24

Agente fiscal que solicita de contribuinte vantagem para deixar de lançar contribuição social devida comete

a) crime de corrupção passiva.
b) crime contra a ordem tributária.
c) crime de excesso de exação.
d) crime de prevaricação.

QUESTÃO 25

[A] deposita na conta poupança de sua filha, sem o conhecimento desta, dinheiro arrecadado com a prática de crime de roubo contra uma agência do Banco do Brasil, visando a ocultar o valor proveniente do delito. [A] comete:

a) fato atípico.
b) crime de receptação.
c) crime contra a economia popular.
d) crime de lavagem de dinheiro.

QUESTÃO 26

[B] é parado em uma *blitz* policial quando é flagrado transportando no porta-malas de seu veículo uma espingarda desmontada, acondicionada em um saco plástico. A conduta de [B] configura:

a) crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.
b) crime impossível por inidoneidade absoluta do meio.
c) crime de porte de arma de fogo, previsto no art. 14 do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003).
d) crime de posse de arma de fogo, previsto no art. 12 do Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003).

QUESTÃO 27

Sobre a reparação do dano no direito penal, é CORRETO afirmar:

a) o arrependimento posterior, previsto no art. 16 do Código Penal, somente tem aplicação aos delitos patrimoniais dolosos.
b) nos delitos tributários, o parcelamento do débito, após o oferecimento da denúncia, não acarreta conseqüências na seara punitiva.
c) tratando-se de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade, se lhe é posterior, não produz qualquer efeito.
d) a reparação do dano realizada após o recebimento da denúncia ou queixa e antes do julgamento traz reflexos no campo punitivo, vez tratar-se de uma circunstância atenuante genérica.

QUESTÃO 28

Sobre a responsabilidade penal ambiental, da pessoa jurídica, é CORRETO afirmar:

a) o prazo máximo previsto em caso de aplicação à pessoa jurídica da pena restritiva de direito consistente na proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações é de 5 (cinco) anos.
b) segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça pode haver a responsabilização isolada do ente coletivo, sendo desnecessária a demonstração da atuação dos administradores em proveito da pessoa jurídica.
c) a suspensão de atividades da pessoa jurídica será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção ao meio ambiente.
d) a lei brasileira exclui de responsabilidade penal as pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 29

Sobre o crime de homicídio, é CORRETO afirmar:

a) a natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial, no homicídio culposo, segundo orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça, é condenatória, não subsistindo efeitos secundários.
b) existe a possibilidade da coexistência entre o homicídio praticado por motivo de relevante valor moral e o homicídio praticado com emprego de veneno.
c) a conexão teleológica que qualifica o homicídio ocorre quando é praticado para ocultar a prática de outro delito ou para assegurar a impunidade dele.
d) a futilidade para qualificar o homicídio deve ser apreciada subjetivamente, ou seja, pela opinião do sujeito ativo.

QUESTÃO 30

A Constituição Federal expressamente previu no art. 5º, XLV, que "nenhuma pena passará da pessoa do condenado", alçando a *status* constitucional o princípio do *nullum crime sine culpa* (não há crime sem culpa). Nessa perspectiva, afirma-se:

I. Ao vedar toda forma de responsabilidade pessoal por fato de outrem, a Constituição expressou o princípio segundo o qual a aplicação da pena pressupõe a *atribuibilidade* psicológica de um fato delitivo à vontade contrária ao dever do indivíduo.

II. A culpabilidade deve ser analisada sob três perspectivas, quais sejam, da responsabilidade pessoal, da responsabilidade subjetiva e da função de limitação e garantia do cidadão ao poder punitivo estatal.

III. A teoria psicológica da culpabilidade pauta-se pela idéia de que a culpabilidade não passa de um mero vínculo de caráter psicológico, que une o autor ao fato por ele praticado, sendo que o dolo e a culpa são espécies dessa relação psicológica que tem, por pressuposto, a imputabilidade do agente.

IV. Para a teoria finalista da culpabilidade, dolo e culpa são "corpos estranhos" na culpabilidade, que consistiria na reprovabilidade da conduta ilícita de quem tem capacidade genérica de entender e querer e podia, nas circunstâncias em que o fato ocorreu, conhecer a sua ilicitude, sendo-lhe inexigível comportamento que se ajuste ao direito.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Somente a alternativa II é verdadeira.
b) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.
c) Somente as alternativas I, II, III são verdadeiras.
d) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.

QUESTÃO 31

[A] vai ao encontro de [B], seu amigo de infância, e expõe a ele sua intenção de praticar um delito de furto de vários aparelhos eletrodomésticos em conhecida loja da capital. Durante a conversa, [A] confessa a [B] que somente não levará adiante sua intenção criminosa em razão de não possuir um local adequado para deixar os bens objeto da subtração. Nesse momento, [B], com a finalidade de ajudar o amigo de infância, oferece-lhe um barracão, cujo espaço físico seria ideal para a guarda dos bens furtados. Após essa promessa, [A] sente-se seguro e confiante para seguir com seu intento e, efetivamente, subtrai os aparelhos eletrodomésticos e os acomoda, até serem vendidos a terceiros, no barracão oferecido por [B]. Qual o crime praticado por [B]?

a) Furto.
b) Receptação.
c) Favorecimento real.
d) Favorecimento pessoal.

QUESTÃO 32

Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos legais ou visarem à frustração dos objetivos da licitação sujeitam-se às sanções administrativas, civis e criminais. Sobre as condutas criminais, no chamado Direito Penal das Licitações, é CORRETO afirmar:

a) os delitos previstos na Lei de Licitações não permitem a subseqüente prática do crime de lavagem de dinheiro.
b) o tipo penal do art. 90 da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações), consistente em "frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação" encerra um crime unissubjetivo.
c) o tipo penal descrito no art. 89 da Lei n. 8666/93 (Lei de Licitações), consistente na conduta de "dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade", é crime de mão própria, portanto não admite co-autoria e participação.
d) o servidor público que patrocina interesse privado em confronto com o da Administração, promovendo o início de procedimento licitatório ou a celebração de contrato, pratica o crime descrito no art. 321 do Código Penal (advocacia administrativa).

QUESTÃO 33

Sobre os crimes contra o patrimônio, é CORRETO afirmar:

a) as escusas absolutórias previstas nos delitos contra o patrimônio constituem causas de isenção de pena e se comunicam no concurso de agentes.
b) não se admite a figura da delação premiada nos crimes contra o patrimônio.
c) o furto de uso, que se caracteriza pela subtração da coisa fungível apenas para usufruí-la momentaneamente, é fato atípico, havendo a necessidade que o agente efetue a devolução da coisa.
d) o possuidor da coisa não pode ser sujeito ativo do crime de furto, uma vez que se encontra na posse da coisa ou exerce algum direito inerente à propriedade.

QUESTÃO 34

[A], funcionário público, e [B], pessoa dele conhecida, caixa em um famoso banco privado, resolveram subtrair um *notebook* e uma impressora da companhia de abastecimento de água na qual [A] exerce suas funções. [B] sabe que [A] assumiu as funções recentemente na empresa pública. [A], em um feriado, valendo-se da facilidade que o seu cargo lhe proporciona, identifica-se na recepção e diz ao porteiro que havia esquecido sua carteira de motorista, e que ali voltara para buscá-la, pois iria viajar para o interior do estado para aproveitar a folga do feriado, tendo, assim, o seu acesso liberado naquele prédio público. Rapidamente, dirige-se para o local onde o computador portátil e a impressora se encontravam guardados e, abrindo uma janela que dava acesso para a rua, o entrega a [B], que ansiosamente aguardava do lado de fora do mencionado prédio. [A] despede-se do porteiro e vai ao encontro de [B], para que, juntos, transportassem os bens subtraídos. Qual o crime praticado por [A] e por [B]?

a) [A] e [B] respondem por peculato-furto.
b) [A] e [B] respondem por furto mediante fraude.
c) [A] e [B] respondem por furto qualificado por abuso de confiança.
d) [A] responde por apropriação indébita e [B], por furto qualificado por abuso de confiança.

QUESTÃO 35

Sobre a competência criminal, é CORRETO afirmar:

a) compete originariamente ao Tribunal de Justiça o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de Turma Recursal de juizados especiais criminais estaduais.
b) compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba federal, mesmo quando transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
c) compete à Justiça Estadual comum, na vigência da Constituição Federal de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou de empresas públicas federais.
d) compete à Justiça Estadual processar e julgar crime de falso testemunho cometido em processo trabalhista.

QUESTÃO 36

Sobre o inquérito policial, é CORRETO afirmar:

a) a decisão que concorda com o pedido de arquivamento do inquérito policial formulado pelo Ministério Público por atipicidade do fato possui eficácia preclusiva típica de coisa julgada formal; nesse caso, somente podem ser reabertas as investigações a partir do surgimento de elementos probatórios não integrantes do acervo colhido durante o inquérito.
b) se o juiz se dá por competente e o membro do Ministério Público se manifesta no sentido de que não quer oferecer denúncia por considerá-lo incompetente, ocorre, por parte do Ministério Público, um pedido de arquivamento indireto.
c) segundo o Código de Processo Penal, se o juiz discordar do pedido de arquivamento do inquérito policial formulado pelo Ministério Público deve enviar os autos ao procurador-geral do respectivo Ministério Público que, entendendo tratar de hipótese de denúncia, deverá designar outro membro para apresentá-la, mas não poderá, sob pena de supressão de instância, oferecê-la diretamente.
d) segundo a tese do arquivamento implícito, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, este ocorre quando o titular da ação penal deixa de pedir o arquivamento do inquérito policial em relação a determinado indiciado, mas justifica em sua peça acusatória os motivos do não oferecimento da denúncia contra o imputado e, com base nas justificativas ministeriais, o juiz determina o arquivamento do inquérito policial.

QUESTÃO 37

Sobre os princípios processuais penais, é CORRETO afirmar:

a) a boa-fé processual no processo penal aplica-se somente ao Ministério Público, sendo juridicamente impossível exigir ao acusado tal postura, em razão do pleno gozo de seu direito à liberdade e à ampla defesa.
b) o princípio da obrigatoriedade possui um caráter bifronte: I- dirige-se à autoridade policial, obrigando-a, sempre que souber da ocorrência de qualquer crime, a instaurar inquérito policial; II- ao Ministério Público, obrigando-o a promover ação penal em face de quaisquer crimes, sempre que tiver elementos mínimos necessários para tanto.
c) o princípio da proibição do excesso implica a proibição de o Estado, a pretexto de combater infrações penais, cometer abusos na restrição aos direitos fundamentais; tal princípio se aproxima, no sentido formal e objetivo, do princípio do devido processo legal.
d) o princípio da proibição à infraproteção ou proibição à proteção deficiente assegura à sociedade a garantia contra as agressões de terceiros, devendo o Estado atuar como esse garante (garantia horizontal) ao tutelar o valor constitucional segurança e justiça.

QUESTÃO 38

Sobre a interceptação das comunicações, é CORRETO afirmar:

a) no conhecimento ou encontro fortuito de provas, os elementos probatórios relativos a outro crime, encontrados casualmente à investigação de um determinado delito, durante interceptação telefônica judicialmente autorizada, podem ser valorados quando, por exemplo, guardarem relação de conexão com o delito que justificou a medida.
b) o efeito-à-distância explica que a proibição de valoração que incide sobre o meio de prova primário, obtido a partir de interceptação ilícita, não é comunicável ao meio de prova secundário, uma vez que, nestes casos, o interesse social deve prevalecer sobre o direito à privacidade dos investigados.
c) as correspondências remetidas aos presos, mesmo por razões de segurança pública ou disciplina prisional, só podem ser interceptadas pela administração penitenciária mediante autorização judicial, sob pena de violação da intimidade ou privacidade do emitente e destinatário.
d) somente o Poder Judiciário pode autorizar o início das interceptações telefônicas para investigação de crimes punidos com detenção, porquanto tal medida se encontra sob a cláusula da reserva de jurisdição.

QUESTÃO 39

Sobre as prisões, é CORRETO afirmar:

a) a autoridade policial deve comunicar a prisão em flagrante ao juiz que, caso seja ilegal ou nula, deve, de ofício, conceder a liberdade provisória sob compromisso; caso não cumprido o compromisso, a prisão em flagrante será restabelecida.
b) a custódia cautelar preventiva não pode ser imposta a autor de prática de infração contravencional.
c) o clamor público é, por si só, fundamento válido, conforme entende o Supremo Tribunal Federal, para a decretação da prisão preventiva sob a alegação de violação à ordem pública.
d) por ser medida cautelar própria da fase investigativa, a prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz somente mediante representação da autoridade policial, mas, antes de decidir, o magistrado deve, necessariamente, ouvir o Ministério Público.

QUESTÃO 40

Sobre os processos incidentes, é CORRETO afirmar:

a) a mera gravidade do delito já induz à necessidade de instauração de incidente de insanidade mental.
b) a argüição de falsidade de documento constante nos autos da ação penal poderá ser feita por advogado constituído pelo acusado, independentemente de poderes especiais para tanto.
c) configura cerceamento de defesa o indeferimento do requerimento de instauração de incidente de insanidade mental do investigado, uma vez que, assim como o exame de corpo de delito, o exame de sanidade mental é de realização obrigatória.
d) a finalidade do incidente de falsidade documental é unicamente a de constatar a idoneidade do documento como elemento probatório; não é seu objeto a apuração de possível delito de falsidade.

QUESTÃO 41

Sobre investigação e prova, é CORRETO afirmar:

a) a prova emprestada é ilícita e, portanto, de obtenção inadmissível, por manifesta violação ao princípio do contraditório.
b) o flagrante preparado é aquele por meio do qual o agente é induzido a cometer o crime, ao passo que o flagrante esperado é resultado do conhecimento antecipado de crime que ainda irá ocorrer, sendo que, nas duas hipóteses, o ato praticado é penalmente punível.
c) dentre as teorias limitadoras da doutrina dos frutos da árvore envenenada encontra-se a doutrina ou limitação da descoberta inevitável que reza que a prova derivada de uma violação constitucional é válida se tal prova teria sido descoberta por meio de atividades investigatórias lícitas, sem qualquer relação com a violação.
d) a autoridade policial pode quebrar diretamente o sigilo bancário para apuração de ocorrência de crime, independentemente de autorização judicial, uma vez que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o acesso a dados e informações financeiras não se encontra sob a cláusula de reserva de jurisdição.

QUESTÃO 42

Sobre investigação, ação penal e prova, é CORRETO afirmar:

a) segundo a Lei n. 9.034/95, alterada pela Lei n. 10.217/01, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, a infiltração é um meio de obtenção de elementos probatórios consistente na introdução de um investigado colaborador, agente policial ou agente de inteligência, mediante circunstanciada autorização judicial, numa quadrilha ou num bando, a fim de obter provas que possibilitem desvendá-los.
b) segundo o Código de Processo Penal, seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
c) o indiciado está obrigado a auxiliar a polícia na reprodução simulada dos fatos ditos criminosos, desde que a simulação não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
d) a busca e apreensão de instrumentos do crime não pode ser realizada antes da instauração do inquérito policial.

QUESTÃO 43

Sobre sistemas processuais penais e provas, é CORRETO afirmar:

a) a iniciativa instrutória do magistrado no processo penal fere o processo acusatório puro, modelo adotado pelo processo penal brasileiro e que se caracteriza pela exclusividade das partes na determinação da marcha do processo e na produção das provas.
b) a iniciativa oficial no campo probatório, durante a fase processual, afeta a imparcialidade do juiz, uma vez que, quando este determina a produção da prova não requerida pelas partes, acaba se comprometendo com o resultado do processo, sendo, assim, vedada por nossa legislação processual penal.
c) o princípio da verdade processual ou judicial justifica a adoção pelo processo penal brasileiro da liberdade absoluta e ilimitada do juiz na busca da prova ou de elementos probatórios, inclusive durante a fase pré-processual.
d) os elementos informativos colhidos na fase investigatória servem para a formação do convencimento do acusador e não podem ser, exclusivamente, valorados como provas pelo juiz, ressalvadas, segundo o Código de Processo Penal, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

QUESTÃO 44

Segundo o Código de Processo Penal,

a) os exames de corpo de delito e outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais; não havendo peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, que deverão prestar compromisso de bem e fielmente desempenharem o encargo.
b) se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, por enfermidade, inspirar receio de que ao tempo da instrução criminal, já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.
c) são inadmissíveis no processo as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais, mas serão admissíveis as provas ilegítimas, estas entendidas como as provas obtidas em violação a normas legais.
d) se for verificado que o réu se oculta para não ser citado, proceder-se-á a citação por edital.

QUESTÃO 45

Segurança concursado da Justiça Federal é encontrado morto. A Polícia Federal, pelo fato de a vítima pertencer aos quadros da Justiça Federal, inicia uma investigação, coletando declarações de testemunhas e realizando algumas diligências. As declarações das testemunhas coletadas e demais indícios apontam que o crime cometido contra o agente público federal fora de latrocínio, em razão da subtração de seus bens pessoais e por se encontrar em horário de descanso. Após tais diligências, o delegado responsável pelas investigações representa perante o Juízo Federal pelas interceptações dos terminais telefônicos de alguns suspeitos, alicerçado nas declarações das testemunhas. As escutas são deferidas pelo magistrado federal, sem prévia oitiva do Ministério Público Federal. Nesse caso, as provas produzidas por meio das interceptações telefônicas serão:

a) nulas, uma vez que foram autorizadas, desde seu início, por magistrado absolutamente incompetente.
b) nulas, uma vez que, para iniciá-la, há a necessidade de prévia oitiva do Ministério Público.
c) válidas, uma vez que foram produzidas na fase inquisitorial e, portanto, não contaminarão a ação penal.
d) válidas, uma vez que a vítima do crime era servidor público federal e, conseqüentemente, a competência para processar e julgar o crime é da Justiça Federal.

QUESTÃO 46

Merendão, sabendo da prática habitual de crimes contra o patrimônio perpetrados por Tripa Seca, bem como de seu costume exibicionista de filmar e fotografar suas peripécias criminosas, adentrou no local de trabalho de Tripa Seca, dali subtraindo diversas fotografias de furtos e roubos. De posse do material incriminador, Merendão passou a exigir de Tripa Seca dinheiro, sob a ameaça de entregar os materiais ao Ministério Público. Recusada a exigência, as fotos foram entregues ao promotor de justiça que, de imediato, requisitou a instauração de inquérito policial. Tripa Seca impetrou, então, *habeas corpus* requerendo o trancamento do inquérito policial. Nesse caso:

a) a autoridade coatora é o delegado de polícia que instaurou o inquérito policial e, portanto, o magistrado competente para apreciar o pedido de *habeas corpus* é o juiz monocrático.
b) a autoridade coatora é o promotor de justiça que requisitou o inquérito policial, devendo o *habeas corpus* ser impetrado perante o procurador-geral do respectivo Ministério Público que decidirá se a requisição é ilegal, decisão esta que vinculará os órgãos de persecução.
c) as fotografias e filmagens são elementos probatórios ilícitos e, conseqüentemente, inadmissíveis no processo penal.
d) é facultada à autoridade policial o atendimento da requisição do Ministério Público, podendo, caso entender não cabível a instauração de inquérito policial, simplesmente arquivá-la, cabendo recurso, por parte do promotor de justiça, ao secretário de segurança.

QUESTÃO 47

Tripa Seca é investigado por prática de furto. Após o término das investigações, o delegado, presidente do inquérito policial, o relata, mas não indicia Tripa Seca, apesar de todas as evidências o apontarem como autor do delito. Chegando os autos ao Ministério Público, o promotor de justiça requer ao juiz de direito o retorno do inquérito policial à autoridade policial para que indicie o investigado. Assim:

a) não agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que o próprio membro do Ministério Público poderá indiciar o investigado e, posteriormente, providenciar o lançamento de seu nome como autor da infração no instituto de identificação pertinente.
b) não agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito policial à autoridade policial, senão para novas diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
c) agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que, somente com o indiciamento, Tripa Seca teria seu nome lançado como autor da infração penal no instituto de identificação pertinente.
d) agiu corretamente o promotor de justiça, uma vez que o indiciamento é imprescindível ao oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 48

Tripa Seca é investigado por suposta prática de crime de roubo. Com a conclusão do inquérito, o delegado de polícia elabora minucioso relatório, emitindo seu juízo de valor e tecendo considerações acerca da culpabilidade do investigado e ilicitude da conduta, bem como realizando um estudo jurídico sobre o delito investigado, trazendo, inclusive, teses para auxiliar a defesa. Assim:

a) agiu corretamente a autoridade policial, uma vez que o Ministério Público se vinculará, para o oferecimento da denúncia, às teses desenvolvidas pelo delegado de polícia, porquanto o relatório é inevitavelmente utilizado como alicerce para a elaboração da denúncia.
b) agiu corretamente a autoridade policial, uma vez que, além de subsidiar o Ministério Público, a polícia deve subsidiar o investigado, indicando elementos probatórios e teses jurídicas que poderão ser utilizados em sua defesa.
c) não agiu corretamente a autoridade policial, uma vez que o relatório policial deve conter elementos probatórios e teses jurídicas que sirvam de subsídios apenas ao Ministério Público.
d) não agiu corretamente a autoridade policial, uma vez que o relatório policial precisa conter apenas a narrativa isenta dos fatos apurados, indicando seus pontos cruciais.

QUESTÃO 49

A Saneago-GO, Saneamento de Goiás S.A., sociedade de economia mista, pretende alienar bem imóvel de sua propriedade. Pela legislação aplicável a sociedade poderá

a) deixar de realizar a avaliação prévia do imóvel.
b) alienar independentemente de autorização legislativa.
c) não promover o processo de licitação de concorrência.
d) dispensar a motivação, por escrito, do interesse público que justifica a alienação.

QUESTÃO 50

Diante do comando da Lei n. 8.429/92, que dispõe sobre as condutas que configuram a improbidade administrativa e as sanções aplicáveis, é CORRETO afirmar:

a) face ao princípio de proporcionalidade, as sanções de perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e o pagamento de multa civil poderão ser aplicadas de forma isolada.
b) estão excluídos da responsabilização aqueles que não possuem vínculo efetivo ou em comissão com a Administração Pública, diante da definição de agente público para fim de incidência da Lei de Improbidade Administrativa.
c) a pessoa jurídica beneficiada pelo ato de improbidade não pode ser responsabilizada pelas sanções previstas, apenas a(s) pessoa(s) que por ela respondem.
d) a aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 aos gestores públicos está condicionada à rejeição das contas pelo Tribunal de Contas.

QUESTÃO 51

A Lei n. 8.666/93, que instituiu normas para licitação e contratos da Administração Pública, prevê regras acerca da contratação direta. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

a) tratando-se de autorização legal para contratar de forma direta, o administrador não está obrigado a justificar a razão da escolha daquele que será contratado.
b) o administrador público, se quiser, poderá realizar processo licitatório tanto na licitação dispensável quanto na licitação dispensada.
c) é possível contratação direta se ocorrer a situação denominada licitação deserta.
d) é possível contratação direta no caso de ocorrência da chamada licitação fracassada.

QUESTÃO 52

A Lei n. 11.079/2004 instituiu o denominado contrato de parceria público-privada. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

a) é dispensável a licitação no contrato de parceria público-privada.
b) a modalidade de licitação que deve preceder o contrato de parceria é a concorrência.
c) todos os riscos da execução do objeto contratado correm por conta do parceiro privado.
d) o Poder Público está impedido de realizar contraprestação pecuniária na modalidade concessão patrocinada.

QUESTÃO 53

O Diretor-Geral da Agência Goiana de Obras Públicas baixou portaria pela qual nomeou servidores efetivos para compor comissão de sindicância. O relatório final apontou para a aplicação de pena disciplinar leve. Constatou-se que a competência para composição da comissão pertence ao presidente da agência. Aponte a solução administrativa aplicável à situação do ato administrativo viciado:

a) o processo de sindicância deve ser anulado, face ao comando normativo do princípio da legalidade quanto à regra de competência.
b) o vício ocorrido impõe o arquivamento do processo, trancando a possibilidade de reabertura de investigação.
c) deve o presidente avocar os autos para anular a indicação da sanção disciplinar.
d) é possível a convalidação do ato pela ratificação.

QUESTÃO 54

Acerca das atribuições dos tribunais de contas como órgãos de auxílio ao Poder Legislativo na função fiscalizadora da Administração Pública, é CORRETO afirmar:

a) o parecer prévio emitido pelos tribunais de contas vincula o Poder Legislativo quando do julgamento das contas.
b) pela natureza das atribuições dos tribunais de contas, eles não podem impedir a execução de ato administrativo da administração direta e indireta.
c) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões; excetuam-se dessa apreciação as nomeações para cargo de provimento em comissão.
d) apreciar as contas prestadas anualmente pelo chefe do Executivo, mediante elaboração de parecer prévio, que deverá ser emitido em oitenta dias a contar de seu recebimento.

QUESTÃO 55

Acerca do instituto da servidão administrativa, é CORRETO afirmar:

a) a servidão administrativa impõe ao proprietário do imóvel um gravame de caráter temporário, que é característica típica desse instituto.
b) a servidão administrativa poderá concretizar-se por acordo entre o Poder Público e o proprietário.
c) a servidão administrativa opera transferência de posse do bem ao Poder Público.
d) nas situações em que a servidão administrativa decorre diretamente de lei, não é possível indenização.

QUESTÃO 56

Quanto às organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, é CORRETO afirmar:

a) a OSCIP exerce atividade de natureza privada.
b) a OSCIP recebe ou pode receber delegação para gestão de serviço público.
c) a OSCIP é criada por lei para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado.
d) o Estado incentiva e fiscaliza os serviços desempenhados pela OSCIP, sendo indispensável o termo de convênio para prever as obrigações.

QUESTÃO 57

Sobre o teor da Lei n. 10.460/88, estatuto dos funcionários públicos civis do estado de Goiás, é CORRETO afirmar:

a) em nenhuma hipótese é admissível a posse por procuração.
b) a autoridade competente para dar a posse obrigatoriamente dará o exercício.
c) o processo disciplinar é dispensável para a aplicação da pena de suspensão por mais de 30 (trinta) dias.
d) a Lei n. 10.460/88 trata, de forma específica, das transgressões disciplinares pelos servidores ocupantes de cargos inerentes às funções de polícia civil.

QUESTÃO 58

Acerca da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, é CORRETO afirmar:

a) o contratado temporariamente não ocupa cargo durante o prazo da contratação.
b) a relação do contratado temporariamente com a Administração Pública é de emprego público.
c) a contratação temporária pelos estados e municípios, obrigatoriamente, deve ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
d) a Lei Federal que estabelece os casos de excepcional interesse público, que justificam a contratação temporária na administração federal, é o suporte legal para estados e municípios contratarem temporariamente.

QUESTÃO 59

Pela inadequação do modelo tradicional da centralização administrativa, houve a extinção total ou parcial do monopólio estatal de alguns serviços públicos e de outras atividades. Com a transferência total ou parcial da execução ao setor privado surgiram as agências reguladoras. Sobre esse tema, é CORRETO afirmar:

a) podem as agências reguladoras definir políticas públicas e executá-las nos diversos setores regulados.
b) a definição da política tarifária, os mecanismos de revisão e os respectivos parâmetros são de competência das agências reguladoras.
c) a independência quanto à atividade de regulação é relativizada, ainda que tenha como característica a inexistência de subordinação hierárquica face ao poder central.
d) as agências reguladoras têm natureza de autarquias especiais e integram a administração federal direta; os diretores são nomeados pelo Presidente da República.

QUESTÃO 60

Quanto aos contratos administrativos regidos pela Lei n. 8.666/93, é CORRETO afirmar:

a) a Administração Pública deverá exigir garantia do contratado, independentemente de previsão no edital.
b) a Administração Pública não poderá declarar a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com o Poder Público, porquanto tal competência é do Poder Judiciário.
c) é ilegal qualquer ajuste verbal com a Administração Pública; o contrato nessa circunstância é nulo.
d) o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

QUESTÃO 61

Sobre os aspectos do tema da aptidão do ato administrativo para produzir o resultado para o qual foi editado, é CORRETO afirmar:

a) eficácia diz respeito ao atendimento a todas as exigências legais, para que seus efeitos sejam reconhecidos na ordem jurídica.
b) ato perfeito não é aquele que se amolda ao ordenamento jurídico, mas o ato administrativo que reúne todas as fases de formação.
c) motivação do ato administrativo é a presença das circunstâncias de fato e de direito que autorizam a edição do ato administrativo.
d) suspensa a eficácia, o ato administrativo perde a vigência.

QUESTÃO 62

Sobre o teor da Súmula Vinculante n. 13, que proíbe a contratação de parentes na Administração Pública, é CORRETO afirmar:

a) a vedação à nomeação de parentes não alcança a administração indireta.
b) a vedação oriunda da súmula dirige-se exclusivamente aos parentes da autoridade nomeante.
c) resta vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive.
d) na literalidade da Súmula Vinculante n. 13 restou previsto regramento quanto à nomeação pelos agentes políticos de seus parentes.

QUESTÃO 63

É vedada do objeto de emenda constitucional a seguinte matéria:

a) regime jurídico do servidor público.
b) nova limitação ao poder de tributar.
c) acréscimo ao rol de direitos individuais.
d) o voto direto, secreto, universal e periódico.

QUESTÃO 64

Na literalidade do texto constitucional, constitui fundamento da República Federativa do Brasil:

a) o pluralismo político.
b) a independência nacional.
c) a construção do desenvolvimento nacional.
d) a independência e harmonia entre os poderes da União.

QUESTÃO 65

No controle de constitucionalidade,

a) a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões definitivas de mérito que possui eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos judiciários e à administração pública, é a adotada nos recursos extraordinários.
b) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar, em tese, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto normativo.
c) a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões definitivas de mérito possui eficácia contra todos e efeito vinculante em todos os processos de sua competência.
d) o Procurador-Geral da República poderá ser ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 66

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, é CORRETO afirmar:

a) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, em todos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
b) a casa é asilo violável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar com consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
c) são direitos do preso permanecer calado; a assistência da família e de advogado; e a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
d) são crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e os definidos como crimes hediondos.

QUESTÃO 67

Sobre a organização administrativa:

a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
b) as funções de confiança e os cargos em comissão, ambos exercidos exclusivamente por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.
c) o direito de greve será exercido conforme previsão em lei complementar.
d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

QUESTÃO 68

Sobre a organização dos Poderes, é CORRETO afirmar:

a) os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, desde sua posse, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos à Casa respectiva, dentro de vinte e quatro horas, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
b) as comissões parlamentares de inquérito são dotadas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, entre os quais pode se incluir a autoridade para determinar a quebra de sigilo telefônico.
c) os deputados federais e senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, mas são obrigados a testemunhar sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
d) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o presidente da República não estará sujeito a prisão.

QUESTÃO 69

Sobre as funções essenciais à Justiça, é CORRETO afirmar:

a) o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações, no exercício da profissão e fora dela, nos termos da lei.
b) é função institucional do Ministério Público a requisição de diligências investigatórias e da instauração de inquérito policial.
c) o acesso às carreiras da Advocacia Pública é feito mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
d) o controle externo da atividade policial é atribuição da Defensoria Pública, nos termos de lei.

QUESTÃO 70

São atribuições da Polícia Federal:

a) apurar infrações penais contra a ordem pública e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão regional ou interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
c) exercer, concorrentemente com as polícias civis e militares, as funções de polícia judiciária da União.
d) exercer as funções de polícia marítima, fluvial, aeroportuária e de fronteiras.

QUESTÃO 71

Sobre a vigência do estado de defesa, é CORRETO afirmar:

a) é permitida a incomunicabilidade do preso.
b) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
c) a comunicação da prisão será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
d) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade judiciária.

QUESTÃO 72

Constitui limitação constitucional ao poder de tributar:

a) utilizar tributo sem efeito de confisco.
b) instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
c) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
d) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

QUESTÃO 73

É vedada, na ordem orçamentária:

a) a vinculação de receita de tributos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para a realização de atividades da administração tributária, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
b) a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
c) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
d) a abertura de programas ou projetos não incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 74

É aplicável às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços o seguinte preceito:

a) função privada, feita a fiscalização pelo conselho fiscal respectivo.
b) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
c) possibilidade de acumular o emprego público com cargo público ou outro emprego, sem as restrições típicas da administração pública direta e indireta.
d) sujeição a regime jurídico diferenciado do das empresas privadas, no tocante aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

QUESTÃO 75

Com relação à competência judicial para processar e julgar autoridades estaduais, é CORRETO afirmar:

a) o Tribunal de Justiça é competente para julgar os juízes estaduais e os membros do Ministério Público estadual, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
b) o Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Governador do Estado.
c) o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, o Governador do Estado, os Desembargadores, os Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa e o Procurador-Geral de Justiça.
d) o Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, os membros do Ministério Público do Estado que oficiem perante Tribunais.

QUESTÃO 76

Sobre a seguridade social, é CORRETO afirmar:

a) é assegurada aposentadoria, no regime geral de previdência social, ao trabalhador que reunir, cumulativamente, 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher, e 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, reduzido o limite em 10 anos para os trabalhadores rurais.
b) constitui objetivo da seguridade social o caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, mediante gestão tripartite, com a participação dos trabalhadores, empregadores e governo nos órgãos colegiados.
c) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, permitido porém dele receber benefícios fiscais.
d) são ações da assistência social, dentre outras, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e a promoção da integração ao mercado de trabalho.

QUESTÃO 77

O direito de família brasileiro funda-se na Constituição Federal, sendo informado por princípios que lhe são próprios e que promovem a proteção da unidade familiar, reconhecendo nela relevante instituição social. Dentre esses, o princípio da autonomia familiar integra o sistema normativo brasileiro, garantindo a liberdade de exercício inerente ao poder familiar. Com relação ao referido princípio, é CORRETO afirmar:

a) integra o sistema normativo brasileiro, perpassando as normas que tratam da competência dos pais na gestão da família, sendo, portanto, absoluto.
b) estabelece a precedência familiar na ordem dos entes responsáveis, afastando qualquer ingerência externa nas diferentes circunstâncias de exercício do poder familiar.
c) no exercício do poder familiar, esse princípio sucumbe perante a norma constitucional de proteção familiar na pessoa de seus membros.
d) ele é absoluto porque garante a proteção à família, nos termos constitucionais, sobrepondo-se aos preceitos infraconstitucionais.

QUESTÃO 78

O Código Civil regulamenta as relações jurídicas originárias da organização da atividade econômica, adotando a noção de empresa. Considerando o disposto no Livro de Empresa no Código Civil, é CORRETO afirmar:

a) a sociedade simples tem o mesmo objeto e finalidade que a sociedade civil, então suprimida do ordenamento jurídico brasileiro, devendo ser registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
b) a empresa equipara-se à sociedade comercial prevista no Código Comercial ora revogado, sendo que os dois regimes, o atual e o revogado, apresentam os mesmos tipos societários, excetuada a sociedade de capital e indústria que foi excluída do ordenamento.
c) o Código Civil prevê a inscrição de vários tipos societários no sistema de registros de empresas, sendo que a inscrição de qualquer sociedade nesse sistema dá origem à personalidade jurídica.
d) o Código Civil estabelece regime jurídico para as sociedades denominadas sociedades de fato no sistema anterior, imputando, para os sócios, regras de responsabilidade mais rigorosas do que as previstas para os demais tipos societários.

QUESTÃO 79

Segundo o princípio da livre admissibilidade, os fatos jurídicos podem ser comprovados por qualquer meio de prova admitido em direito. Entretanto, em situações específicas, impõem-se algumas restrições. A partir dessas considerações, é CORRETO afirmar:

a) a permissão legal de realização de prova testemunhal subsidiária obriga sua produção, impedindo o juiz de dispensá-la.
b) a presunção *hominis* só pode ser acatada nos casos em que a lei não exclui a prova testemunhal.
c) o Código Civil isenta de obrigação de comparecimento perante a autoridade aquele a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo de fato que se investiga.
d) o ordenamento jurídico brasileiro impõe um regime de absoluta impossibilidade de prova testemunhal ante a incapacidade de quem prestará testemunho.

QUESTÃO 80

O direito civil brasileiro, em razão de seus princípios orientadores, admite a conversão do ato negocial. Tendo em vista essa assertiva, é CORRETO afirmar que a conversão

a) converte-lhe à validade a qualificação dada pelas partes, excepcionalmente, em razão da licitude do objeto.
b) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico e é somente aplicável nas hipóteses em que não haja nulidade do negócio a ser convertido.
c) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico, mantendo a qualificação dada a ele pelas partes, convalidando-o.
d) acarreta nova qualificação ao negócio jurídico e refere-se à hipótese de negócio nulo.

QUESTÃO 81

O Livro IV do Código Civil brasileiro, que trata do direito de família, separa em livros distintos o direito pessoal e o direito patrimonial, seguindo, na regulamentação do assunto, orientações diversas de acordo com a natureza do direito em questão. Assim, é CORRETO afirmar que, no atual sistema matrimonial brasileiro, a exigência de outorga uxória para alienação de bens é

a) mecanismo de proteção à família que impõe restrição ao próprio casamento, em qualquer regime de bens.
b) restrição decorrente do regime patrimonial do casamento e indispensável em todos os regimes de bens.
c) restrição decorrente do regime patrimonial do casamento, imposta a determinados regimes de bens.
d) restrição ao casamento, indispensável no regime legal de comunhão universal de bens.

QUESTÃO 82

O ordenamento jurídico brasileiro, buscando acolher diferentes condições de vida em comum que se apresentam na sociedade, reconhece a situação jurídica denominada posse de estado de casados. Considerando-se tal situação, é CORRETO afirmar:

a) essa situação é meio de prova do casamento e pode ser alegada pelos filhos, se mortos ambos os cônjuges.
b) essa situação pode ser alegada pelos cônjuges como prova do casamento e convalida o vício que invalida o casamento.
c) como meio de prova do casamento, só pode ser alegada pelos cônjuges depois de extinta a convivência marital ou na constância dela.
d) esta é a situação de duas pessoas que viveram como casadas e esse estado tem por elementos o *nomem,* o *tractatus* e a *representatio.*

QUESTÃO 83

Historicamente, a posse tem reconhecimento e tutela nos diversos ordenamentos jurídicos. Essa tutela é mais ou menos ampla e dotada de diferentes instrumentos conforme os princípios informadores da ordem jurídica em que vigem. Considerando o sistema brasileiro de defesa da posse, é CORRETO afirmar:

a) a reintegração de posse é garantida por ação de força turbativa para corrigir as agressões à posse e eliminar a incerteza da turbação cometida.
b) a reintegração da posse é garantida pela ação de força espoliativa que visa corrigir a agressão que faz cessar a posse.
c) a manutenção da posse, garantida pelo interdito proibitório, não pode ser utilizada por quem tem posse viciosa.
d) a manutenção da posse é garantida pela ação de força espoliativa que tem por fim eliminar a incerteza jurídica provocada pela turbação cometida.

QUESTÃO 84

Na tutela dos direitos reais, distingue-se a proteção à posse daquela conferida especificamente ao domínio. Entretanto, admite o ordenamento jurídico brasileiro a tutela daquela com fundamento neste. Assim, considerando-se a disputa da posse com base no domínio, é CORRETO no direito brasileiro:

a) não se deve julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertencer o domínio, em razão de dispositivo expresso de lei.
b) não provado o domínio por qualquer das partes, não há que se aplicar, em caráter absoluto, o favor do domínio evidente.
c) a ação em que o autor pleiteia a posse fundada no domínio tem natureza possessória em razão do pedido.
d) o pleito de posse fundado no domínio tem natureza petitória em razão da causa de pedir, além do pedido.

QUESTÃO 85

No sistema de direito civil brasileiro, a responsabilidade civil divide-se em dois regimes: o de responsabilidade subjetiva e o de responsabilidade objetiva. Assim, é CORRETO afirmar que a responsabilidade objetiva

a) fundada no risco configura-se nos casos em que se determine que a conduta prevista na lei apresenta o caráter de risco.
b) fundada no risco da atividade configura-se caso a caso, não havendo previsão legal expressa que a imponha.
c) fundada no risco da atividade, configura-se quando a atividade desenvolvida pelo agente do dano é mais onerosa para certa pessoa que para outros integrantes da comunidade.
d) tem caráter excepcional, configurando-se apenas nos casos em que a conduta geradora do dever de indenizar é expressamente prevista em lei.

QUESTÃO 86

O direito civil brasileiro estabelece a ilicitude e o dever de indenizar pela prática do exercício não regular de direito. Nesses casos, a responsabilidade civil é

a) objetiva, aferível a partir da consciência que o agente tinha dos limites e da finalidade do direito na prática do ato.
b) subjetiva porque a violação da finalidade do direito é aferível pela culpa originária da intenção do agente.
c) objetiva, tendo em vista que não importa a consciência do excesso por parte de quem pratica o ato.
d) subjetiva, tendo em vista que a lei não dispõe expressamente sobre a inexigência de culpa.

QUESTÃO 87

O direito brasileiro, em razão das transformações ocorridas pelo advento da Constituição Federal de 1988, oferece sólida tutela aos consumidores. No que diz respeito às cláusulas contratuais estabelecidas nas relações jurídicas de consumo, é CORRETO afirmar:

a) as cláusulas contratuais abusivas são nulas de pleno direito e elencadas em rol taxativo no Código Brasileiro de Proteção e Defesa do Consumidor.
b) no direito brasileiro, a proteção do consumidor é matéria de ordem pública, sendo as cláusulas abusivas nulas de pleno direito e inatingíveis pela preclusão.
c) no ordenamento jurídico pátrio, a sentença que decreta a anulação da cláusula abusiva é constitutiva negativa e produz efeitos *ex nunc.*
d) no sistema do Código Brasileiro de Proteção e Defesa do Consumidor, as cláusulas abusivas são anuláveis, devendo ser reconhecidas judicialmente por meio de ação direta ou de defesa.

QUESTÃO 88

O direito brasileiro oferece ampla tutela para os direitos sobre as coisas, disciplinando, inclusive, intervenções entre prédios. Considerando-se que as servidões prediais são restrições à propriedade, constituídas em favor de um prédio sobre outro, é CORRETO afirmar:

a) a servidão não pode ser instituída em favor de parte ideal do prédio dominante ou incidir sobre parte ideal do prédio serviente.
b) a servidão não aparente pode ser estabelecida por meio de permissão de passagem, sendo dispensável a transcrição no registro de imóveis.
c) a servidão é obrigação do titular do domínio do imóvel serviente à prestação de fato negativo em favor do titular do imóvel dominante.
d) nas servidões prediais, em razão da necessária relação entre si, é essencial a contigüidade entre prédios dominante e serviente.

QUESTÃO 89

A disciplina jurídica das obrigações sofre grande influência do regime econômico vigente e tem muita influência na vida econômica do país, estendendo-se às diferentes atividades humanas de natureza patrimonial. Por essa razão, o direito das obrigações deve promover o realizar da vida econômica, conferindo-lhe segurança e agilidade. Considerando o direito obrigacional pátrio, é CORRETO afirmar:

a) a novação, por criar nova obrigação, convalida obrigação extinta.
b) a novação impede a discussão de obrigações contraídas em contratos anteriores ao que se novou.
c) é impossível novar em obrigação nula, tendo em vista que a novação propõe a substituição daquela dívida por outra.
d) a novação não se presta a confirmar obrigação anulável, restando ao devedor o direito de argüir o vício sobre obrigação que novou.

QUESTÃO 90

O Código Civil Brasileiro estabelece um regime jurídico específico para tratar dos bens. Por outro lado, os tratados de direito civil, ao tratar dos bens reciprocamente considerados, classificam-nos quanto à dependência em relação a outro bem. Segundo este regime e esta orientação teórica, é CORRETO afirmar:

a) em razão da relação de pertinencialidade, o negócio jurídico referente ao bem principal abrange obrigatoriamente a pertença.
b) as pertenças são partes integrantes de um bem principal, seguindo a regra geral de que o acessório segue o principal.
c) a relação de pertinencialidade surge de negócio jurídico e se estabelece entre bens e entre direitos.
d) a relação de pertinencialidade entre os bens é econômica e submete a coisa a serviço de outra.

QUESTÃO 91

Em relação às perícias médicas, é CORRETO afirmar:

a) na falta de perito oficial, o exame poderá ser feito por duas pessoas idôneas, portadoras de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
b) os peritos devem apenas responder por escrito aos quesitos formulados pelas partes, motivo pelo qual eles não podem prestar esclarecimentos orais em juízo.
c) pela atual legislação processual penal são necessários dois peritos oficiais para a realização do exame de corpo de delito.
d) os peritos não estão sujeitos à argüição de suspeição.

QUESTÃO 92

Quando o projétil de arma de fogo é transfixante observa-se, no corpo humano, um segundo orifício, ou seja, o orifício de saída, cuja lesão apresenta a seguinte característica:

a) orla de escoriação e halo de enxugo.
b) forma e bordas da ferida são regulares.
c) normalmente diâmetro maior do que o de entrada.
d) sangramento menor em relação ao orifício de entrada.

QUESTÃO 93

A lesão conhecida como *mordedura ou dentada* produzida pela arcada dental humana, em razão de suas características, classifica-se como

a) cortocontudente.
b) contundente.
c) perfurante.
d) perfurocontundente.

QUESTÃO 94

Verificou-se em um cadáver os seguintes fenômenos: rigidez generalizada, esboço de mancha verde abdominal, reforço da fragmentação venosa e desaparecimento das artérias do fundo de olho. Com base apenas nessas observações e desconsiderando outros fatores ambientais, a morte teria ocorrido

a) de 2 a 4 horas.
b) mais de 8 e menos de 16 horas.
c) mais de 16 e menos de 24 horas.
d) de 48 a 72 horas.

QUESTÃO 95

São sinais macroscópicos observados em um cadáver sugestivos de que as lesões foram produzidas depois da morte:

a) ausência de infiltrações hemorrágicas nos tecidos moles.
b) escoriações com desnudamento de derme e formação de crosta.
c) ferimentos com bordas afastadas.
d) presença de tonalidades das esquimoses.

QUESTÃO 96

A formação do “cogumelo de espuma”, sobre a boca e as narinas do cadáver, caracteriza:

a) morte por envenenamento.
b) morte por asfixia, na modalidade de afogamento.
c) morte por asfixia, na modalidade de enforcamento.
d) morte por asfixia, na modalidade de sufocação indireta.

QUESTÃO 97

É impossível que a morte tenha ocorrido em virtude de suicídio ou acidente, na hipótese de

a) estrangulamento.
b) enforcamento.
c) afogamento.
d) esganadura.

QUESTÃO 98

Na classificação médico-legal, a pedofilia é considerada

a) uma perversão sexual.
b) um transtorno da identidade sexual.
c) um transtorno da preferência sexual.
d) uma tendência abusiva de atos sexuais.

QUESTÃO 99

A interrupção voluntária da gravidez, em virtude de má formação do feto, caracteriza o aborto

a) sentimental.
b) terapêutico.
c) eugênico.
d) social.

QUESTÃO 100

A perícia médico-legal, conhecida como docimásia, serve para esclarecer

a) se houve estado puerperal.
b) se houve vida extra-uterina.
c) se houve vida intra-uterina.
d) o tempo de vida gestacional.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d
36	a	b	c	d
37	a	b	c	d
38	a	b	c	d
39	a	b	c	d
40	a	b	c	d
41	a	b	c	d
42	a	b	c	d
43	a	b	c	d
44	a	b	c	d
45	a	b	c	d
46	a	b	c	d
47	a	b	c	d
48	a	b	c	d
49	a	b	c	d
50	a	b	c	d

Questão	Alternativas			
51	a	b	c	d
52	a	b	c	d
53	a	b	c	d
54	a	b	c	d
55	a	b	c	d
56	a	b	c	d
57	a	b	c	d
58	a	b	c	d
59	a	b	c	d
60	a	b	c	d
61	a	b	c	d
62	a	b	c	d
63	a	b	c	d
64	a	b	c	d
65	a	b	c	d
66	a	b	c	d
67	a	b	c	d
68	a	b	c	d
69	a	b	c	d
70	a	b	c	d
71	a	b	c	d
72	a	b	c	d
73	a	b	c	d
74	a	b	c	d
75	a	b	c	d
76	a	b	c	d
77	a	b	c	d
78	a	b	c	d
79	a	b	c	d
80	a	b	c	d
81	a	b	c	d
82	a	b	c	d
83	a	b	c	d
84	a	b	c	d
85	a	b	c	d
86	a	b	c	d
87	a	b	c	d
88	a	b	c	d
89	a	b	c	d
90	a	b	c	d
91	a	b	c	d
92	a	b	c	d
93	a	b	c	d
94	a	b	c	d
95	a	b	c	d
96	a	b	c	d
97	a	b	c	d
98	a	b	c	d
99	a	b	c	d
100	a	b	c	d